

12/06/2008

TRIBUNAL PLENO

**AÇÃO PENAL 439-1 SÃO PAULO**

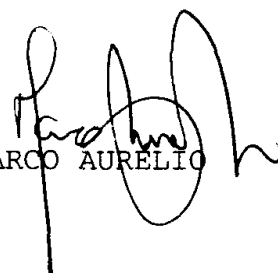
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO  
REVISOR : MIN. GILMAR MENDES  
AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
RÉU(É) (S) : CLODOVIL HERNANDES  
ADVOGADO(A/S) : SANDRO SILVA DE SOUZA

CRIME - INSIGNIFICÂNCIA - MEIO AMBIENTE. Surgindo a insignificância do ato em razão do bem protegido, impõe-se a absolvição do acusado.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal em julgar improcedente a ação, nos termos do voto do relator e do revisor, por unanimidade, em sessão presidida pelo ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 12 de junho de 2008.

  
MARCO AURÉLIO -

RELATOR



12/06/2008

TRIBUNAL PLENO

**AÇÃO PENAL 439-1 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**REVISOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**AUTOR(A/S) (ES)** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RÉU(É) (S)** : **CLODOVIL HERNANDES**  
**ADVOGADO(A/S)** : **SANDRO SILVA DE SOUZA**

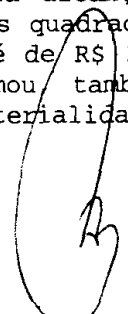
**R E L A T Ó R I O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A Assessoria assim retratou as balizas desta ação penal:

Consta do processo que o Ministério Público do Estado de São Paulo ofereceu denúncia contra Clodovil Hernandez, em 9 de outubro de 2003, imputando-lhe a prática do delito previsto no artigo 40 da Lei nº 9.605/98. Recebida a peça acusatória e designada a data para a realização do interrogatório, o réu, apesar de citado e intimado, não teria atendido ao chamamento judicial, sendo decretada a revelia em 9 de março de 2006, após transcorridos dois anos do recebimento da denúncia (folha 189). Houve a audiência de instrução, com oitiva das testemunhas arroladas pelo Ministério Público estadual (folha 199 a 228). Em virtude da investidura do réu no cargo de Deputado Federal, o processo foi remetido ao Supremo (folha 232).

O Ministério Público Federal, à folha 238 à 240, manifestou-se pelo prosseguimento da ação penal na fase em que esta se encontrava - na do artigo 10 da Lei nº 8.038/90, realização de diligências. As partes nada requereram.

Em alegações finais (folha 304 a 340), a defesa argüiu nulidade da decretação da revelia, pois, no que concerne às intimações regularmente efetivadas, o não-comparecimento do réu para a audiência de interrogatório estava justificado com atestados médicos e teriam sido admitidos os pedidos de adiamento da sessão pelo Juízo, como se vê às folhas 91, 94 e 114. Na sequência, sustentou a falta de justa causa para a ação penal, ante o princípio da insignificância. Conforme Relatório de Vistoria de Campo nº 17/2002, elaborado pela Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental - Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, à folha 22 à 24, o suposto dano teria alcançado a área de 0,0652 hectares - equivalente a 652 metros quadrados -, sendo que o custo para a recuperação do terreno é de R\$ 130,40 (cento e trinta reais e quarenta centavos). Afirmou também, a inépcia da denúncia, por faltar a prova da materialidade do



delito - o laudo pericial teria sido formalizado somente por um perito, o que estaria em desacordo com o artigo 159 do Código de Processo Penal -, e a nulidade por ausência de intimação do advogado constituído e do réu para a oitiva de testemunha por carta precatória, bem assim para requerer diligências. Relativamente ao mérito, aduz serem precárias as provas produzidas, acentuando as contradições verificadas nos diversos depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação e a dúvida quanto à transposição das fotos anexadas à folha 25 à 30 - prova emprestada -, por terem sido extraídas do Processo nº 1.361/98, que não está ligado ao fato em apuração. Destaca, à folha 322, que o réu tem problemas pessoais com alguns vizinhos, insatisfação gerada em face das tentativas de vendas empreendidas sem êxito.

A defesa, com amparo no princípio da eventualidade, se acaso não for rejeitada a denúncia, pede que, na hipótese de imposição de pena privativa de liberdade, seja a sanção substituída por uma restritiva de direitos, por cuidar-se de crime de menor potencial ofensivo, descrito no artigo 38-A da Lei nº 9.605/98.

O Procurador-Geral da República, em alegações finais (folha 360 a 364), manifesta-se pela absolvição do réu Clodovil Hernandes, dada a aplicação do princípio da insignificância.

Registro que, conforme documento de folha 69, antes da diplomação do réu como candidato eleito para o exercício do cargo de Deputado Federal e da remessa do processo ao Supremo, o Ministério Público estadual deixou de oferecer proposta de suspensão condicional do processo, tendo em conta o fato de o réu estar respondendo à Ação Penal nº 137/99, em curso na 2ª Vara da Comarca de Ubatuba, Estado de São Paulo, na qual fora denunciado por suposta infração ao artigo 40, § 1º, da Lei nº 9.605/98 - dano ao meio ambiente -, combinado com o artigo 69 do Código Penal (4 vezes), e, ainda, ao artigo 48 da aludida lei. Consoante a certidão de folha 80, os fatos apurados na referida ação penal aconteceram em 13 de maio de 1998, a denúncia fora recebida em 30 de outubro de 2000 e o processo encontrava-se concluso para formalização de sentença em 16 de março de 2004.

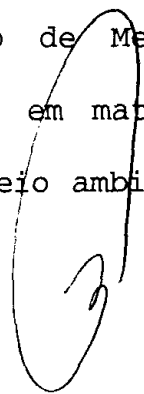
As anotações constantes nas cópias das fotos que instruem esta ação penal - folha 25 a 30 - dizem respeito ao Procedimento nº 1.361, do ano de 1998, época em que ocorreram os fatos em apuração na ação penal mencionada.

É o relatório.

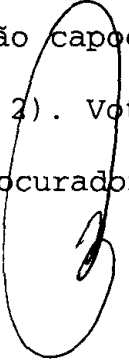
V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - A manifestação do Titular da ação penal procede. Trata-se, na espécie, de prática cuja significação jurídica é de menor importância. Teria sido alterado o meio ambiente visando à construção de rua, considerado o Parque Estadual da Serra do Mar e área pertencente a Vitor Godinho da Silva. Lançaram-se mourões de concreto e arame galvanizado, calçando-se a estrada aberta com pequenos blocos de plantas exóticas para ornamentação. Pois bem, o perito que atuou no caso, integrante do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente, constatou abrangência mínima, ou seja, de 0,0652 hectares. Então estimou a recuperação da área mediante gasto de cento e trinta reais.

Conforme lição de Francisco de Assis Toledo, contida em Princípios Básicos de Direito Penal, "segundo o princípio da insignificância, que se revela inteiro por sua própria denominação, o direito penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas". Sufragando essa óptica, a Segunda Turma, ao julgar o Habeas Corpus nº 92.463-8/RS, relator ministro Celso de Mello, ressaltou o princípio da intervenção mínima do Estado em matéria penal. A circunstância de ter-se como bem protegido o meio ambiente não é de molde a afastar esse entendimento.



Em síntese, o fato apurado não consubstancia tipicidade suficiente a levar à condenação penal, presente a peculiaridade de se cogitar de desmatamento de vegetação capoeira em estágio inicial, conforme retratado na acusação (folha 2). Voto pela absolvição do paciente, tal como preconizado pelo Procurador-Geral da República.



**AÇÃO PENAL 439-1 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**REVISOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
**AUTOR(A/S)(ES)** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RÉU(É)(S)** : **CLODOVIL HERNANDES**  
**ADVOGADO(A/S)** : **SANDRO SILVA DE SOUZA**

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - (Revisor): Em 9 de outubro de 2003, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE/SP) ofereceu denúncia perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Ubatuba/SP em face de CLODOVIL HERNANDES pela suposta prática do delito previsto no art. 40 da Lei nº 9.605/1998 (fls. 2-3).

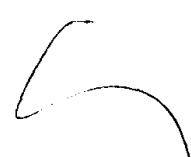
Em 26 de novembro de 2003, a inicial acusatória foi recebida (fl. 73-verso).

Devidamente citado e intimado (fls. 94, 103/104, 116/117, 132, 145/146 e 185/186), o denunciado não atendeu ao chamamento judicial, sendo decretada a sua revelia em 9 de março de 2006 - mais de 2 anos após o recebimento da denúncia (fl. 189).

Iniciada a instrução, foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação (fls. 199/200, 201/202, 203, 204/205 e 228), ressaltando-se a desistência manifestada pela acusação com relação à testemunha DOUGLAS DA SILVA MENEZES (fl. 194).

Em face da diplomação do denunciado no cargo de Deputado Federal, o Juiz da 1ª Vara Judicial da Comarca de Ubatuba/SP determinou a remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal (fl. 233).

O Ministro Relator Marco Aurélio, em 30 de junho de 2007, determinou a reautuação do processo como ação penal e a intimação



**AP 439 / SP**

das partes para o requerimento de diligências que considerassem necessárias nos termos do art. 10 da Lei nº 8.038/1990 (fl. 244).

As partes nada requereram na fase do art. 10 da Lei nº 8.038/1990 (fl. 253).

Prosseguindo no feito, o Ministro Marco Aurélio determinou a observância do art. 11 da Lei nº 8.038/1990 (fl. 254).

O Ministério Público Federal (MPF), pelo Procurador-Geral da República Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, apresentou alegações finais nos seguintes termos:

"[...] 8. Descreveu a denúncia que CLODOVIL HERNANDES causou danos diretos à Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Mar ao contratar pessoas que, por meio de terraplanagem, desmataram vegetação capoeira em estágio inicial e construíram uma estrada calçada.

9. As testemunhas comprovaram que o aterro e a instalação de bloquetes - que configuraram o dano à Unidade de Conservação - foram feitos por ordem do parlamentar com a finalidade de melhorar o acesso à sua residência (fls. 199/200, 201/202, 203, 204/205 e 228).

10. Ocorre que a área alterada pelo réu, segundo o Relatório de Vistoria de Campo realizado pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente (fls. 22/30), foi de pequena extensão (0,0652 hectares) [...].

11. De acordo com a estimativa feita pelo perito do custo de recuperação da área - R\$ 2.0000,00 por hectare - o custo previsto para a recuperação da área devastada pelo denunciado é de aproximadamente R\$ 130,00.

12. Assim, muito embora tenham sido comprovadas a autoria e a materialidade do delito, a pequena extensão da área desmatada não justifica a imposição de uma sentença penal condenatória, uma vez que a atividade não afetou significativamente o meio ambiente.

13. Para o Professor FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, 'segundo o princípio da insignificância, que se revela inteiro por sua própria denominação, o direito

AP 439 / SP

penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas'.

14. Apesar das discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca da aplicação do princípio da insignificância penal em crimes contra o meio ambiente, prevalece o entendimento de que deve o julgador considerar as circunstâncias do caso concreto para aferir a relevância da conduta imputada ao infrator em relação ao meio ambiente e ao equilíbrio ecológico.

15. Essa corte já reconheceu que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público:

"PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE FURTO SIMPLES, EM SUA MODALIDADE TENTADA - 'RES FURTIVA' NO VALOR (ÍNFIMO) DE R\$ 20,00 (EQUIVALENTE A 5,26% DO SALÁRIO MÍNIMO ATUALMENTE EM VIGOR) - DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDIDO DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. - O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: 'DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR'. - O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo



**AP 439 / SP**

somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social [HC nº 92.463/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, DJ 31.10.2007].

Com estas razões, requeiro seja o denunciado CLODOVIL HERNANDES absolvido da imputação criminal, dada a aplicação do princípio da insignificância" - (fls. 360-364).

A defesa de CLODOVIL HERNANDES apresentou alegações escritas, aduzindo, em síntese:

- a) preliminar de nulidade da decretação da revelia do acusado;
- b) falta de justa causa para a ação penal em face da aplicação do princípio da insignificância;
- c) falta de prova da materialidade do delito considerando que o laudo pericial fora elaborado apenas por um perito criminal;
- d) nulidade do feito ante a ausência de intimação da defesa da expedição de carta precatória para a oitiva de testemunha da acusação;
- e) nulidade da intimação direta do acusado para requerer diligências na fase do art. 10 da Lei nº 8.038/1990;

AP 439 / SP

f) atipicidade do fato pela inexistência de dano efetivo à área de preservação permanente; e

g) pleiteia, por fim, que caso seja recebida a denúncia, o acusado possa responder pelo tipo descrito no art. 38-A da Lei nº 9.605/1998.

O art. 40 da Lei nº 9.605/98 prevê pena de reclusão, de um a cinco anos, para quem "causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização".

Como se pode constatar, a norma penal protege o valor fundamental do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, assegurado pelo art. 225 da Constituição da República.

A finalidade do Direito Penal é justamente conferir uma proteção reforçada aos valores fundamentais compartilhados culturalmente pela sociedade. Além dos valores clássicos, como a vida, liberdade, integridade física, a honra e imagem, o patrimônio etc., o Direito Penal, a partir de meados do século XX, passou a cuidar também do meio ambiente, que ascendeu paulatinamente ao posto de valor supremo das sociedades contemporâneas, passando a compor o rol de direitos fundamentais ditos de 3ª geração incorporados nos textos constitucionais dos Estados Democráticos de Direito.

Parece certo, por outro lado, que essa proteção pela via do Direito Penal justifica-se apenas em face de danos efetivos ou potenciais ao valor fundamental do meio ambiente; ou seja, a conduta somente pode ser tida como criminosa quando degrade ou no mínimo traga algum risco de degradação do equilíbrio ecológico das espécies

AP 439 / SP

e dos ecossistemas. Fora dessas hipóteses, o fato não deixa de ser relevante para o Direito. Porém, a responsabilização da conduta será objeto do Direito Administrativo ou do Direito Civil. O Direito Penal atua, especialmente no âmbito da proteção do meio ambiente, como *ultima ratio*, tendo caráter subsidiário em relação à responsabilização civil e administrativa de condutas ilegais. Esse é o sentido de um Direito Penal mínimo, que se preocupa apenas com os fatos que representam graves e reais lesões a bens e valores fundamentais da comunidade.

No caso em questão, o réu, segundo consta da denúncia de fls. 2/3:

"causou danos diretos à Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Mar, consistente em desmatamento de vegetação capoeira em estágio inicial, bem como aterro por meio de terraplanagem e construção de uma estrada calçada" - (fl. 2).

Consta também da inicial acusatória que o denunciado suprimiu vegetação capoeira em estágio inicial e aterrou o local por meio de terraplanagem a fim de construir uma rua, em uma área de 0,0652 hectares no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, área esta pertencente a Vitor Godinho da Silva.

As circunstâncias do caso concreto levam-me a crer que a área alterada pelo réu foi de pequena extensão, não constituindo fato relevante para o Direito Penal.

No caso, portanto, há que se realizar um juízo de ponderação entre o dano causado pelo agente e a pena que lhe será imposta como consequência da intervenção penal do Estado. A análise da questão, tendo em vista o princípio da proporcionalidade, pode justificar, dessa forma, a ilegitimidade da intervenção estatal por meio do processo penal.

**AP 439 / SP**

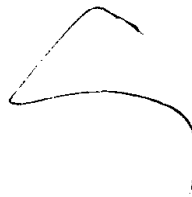
A jurisprudência desta Corte tem sido no sentido de que a insignificância da infração penal, que tenha o condão de descaracterizar materialmente o tipo, impõe o trancamento da ação penal por falta de justa causa (HC nº 92.411/RS, Rel. Min. Carlos Britto, 1ª Turma, unânime, *DJ* 9.5.2008; HC nº 88.393/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso, 2ª Turma, unânime, *DJ* 8.6.2007; HC nº 84.687/MS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, *DJ* 27.10.2006; HC nº 84.412/SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, *DJ* 19.11.2004; e HC nº 83.526/CE, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 1ª Turma, unânime, *DJ* 7.5.2004).

Para a incidência do princípio da insignificância só se consideram aspectos objetivos, referentes à infração praticada, assim a mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; a inexpressividade da lesão jurídica causada (HC nº 84.412/SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, *DJ* 19.11.2004).

Destaco, que, no caso em apreço, o prejuízo material foi insignificante (R\$ 130,40) e que a conduta não causou lesividade relevante à ordem social.

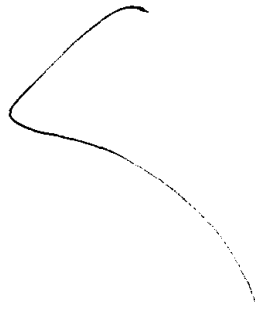
Entendo, portanto, pela aplicação do princípio da insignificância tendo em vista o atendimento de seus requisitos objetivos.

Sendo atípica a conduta, em razão da insignificância, a denúncia deveria ter sido rejeitada, nos termos do artigo 43, inciso I, do Código de Processo Penal.



**AP 439 / SP**

Ante o exposto, voto no sentido de acolher o parecer ministerial para julgar improcedente a ação penal e absolver o acusado.

A large, stylized handwritten mark, possibly a signature or a large letter 'L', is drawn in the right margin of the page.

**PLENÁRIO****EXTRATO DE ATA****AÇÃO PENAL 439-1**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

**REVISOR : MIN. GILMAR MENDES**

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REU(É) (S) : CLODOVIL HERNANDES

ADV.(A/S) : SANDRO SILVA DE SOUZA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, nos termos do voto do relator e do revisor, Ministro Gilmar Mendes (Presidente), julgou improcedente a ação. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 12.06.2008.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/Luiz Tomimatsu  
Secretário